

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: TRAJETÓRIAS, IMPASSES E PERSPECTIVAS

Paula Elizabeth Nogueira Sales. Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em

Educação

Agência de Fomento: FAPEMIG

paulaens@yahoo.com.br

Durante o período de vigência do escravismo no Brasil, que perdurou por mais de três séculos, percebe-se a predominância de uma educação profissional mais prática, centrada no saber fazer, e desvinculada da educação escolar. Esse tipo de capacitação no trabalho era tratado de forma bastante discriminatória, sendo reservado aos escravos, pobres, órfãos e desvalidos da sorte, em geral. Essa característica assistencialista, conferida ao ensino profissional, perpassou os períodos Colonial, Imperial e início da República. Todavia, a partir das primeiras décadas do século XX, com o início da industrialização no País e a crescente necessidade de formar trabalhadores fabris, mudou-se gradativamente essa conotação, priorizando aqueles sujeitos que demonstrassem maior aptidão para o aprendizado profissional. Nas décadas de trinta e quarenta, observa-se a expansão de debates e reformas educacionais, devido às mudanças sócio-econômicas vivenciadas no Brasil. A implantação da educação profissional começa a ser consolidada, embora esse tipo de escola seja, ainda, freqüentado, basicamente, pelas camadas menos favorecidas da sociedade. A partir da década de oitenta, verifica-se a ocorrência de grandes mudanças societárias e produtivas, especialmente, nos âmbitos econômico e cultural, advindas do intenso avanço científico e tecnológico, que passa a demandar um maior domínio de conhecimentos e saberes necessários para a sobrevivência na denominada sociedade da informação. Nesse contexto, na LDB de 1996, a educação profissional passa a ser entendida, através de uma nova dimensão, voltada para o desenvolvimento pessoal e social do educando e para as exigências do mundo do trabalho em permanente transformação. A partir de então, veiculam-se novas legislações referentes à educação profissional e há um aumento significativo de programas de formação profissional. Nota-se que, algumas vezes, existe uma distância entre essas propostas e a prática concreta e que permanece um ensino profissional destinado, preponderantemente, para jovens de meios populares. Apresenta-se como desafio para a educação profissional acompanhar os movimentos e transformações da sociedade, promovendo uma formação para a transformação do aluno, ao invés de uma mera adaptação para o que a realidade econômico-social exige. Para tanto, é necessário construir um processo de socialização e qualificação para o trabalho, por meio da apropriação de saberes relativos à ciência, às técnicas, às tecnologias e às múltiplas culturas, essenciais ao mundo do trabalho, que integra novas bases científicas e tecnológicas, e demanda, cada vez mais, o desenvolvimento intelectual dos trabalhadores. A análise dos períodos históricos apresenta ramificações que necessitam ser estudadas de maneira sistemática, a fim de ampliar as percepções e as interpretações sobre o processo histórico da educação profissional. Resgatar as discussões, as pesquisas e as análises sobre o passado da educação profissional possibilita preencher lacunas e aprofundar questões, tais como aquelas relativas à aprendizagem profissional, que vem ocorrendo desde o Brasil Colônia até os dias atuais. Nessa perspectiva, pretende-se analisar a questão do desenvolvimento do ensino profissional no País, através de uma breve retrospectiva

histórica, demarcando três períodos da história brasileira: Colonial, Imperial e Republicano. Objetiva-se contemplar a Educação Profissional em seu contexto histórico, a fim de percebê-la de forma mais abrangente. Assim, essa análise referencia-se tanto em autores que pesquisam temáticas relativas à Educação Profissional e à História da Educação no Brasil, quanto naqueles que abordam questões mais recentes relacionadas à situação da educação e do trabalho no País, bem como em documentos legais referentes à modalidade de educação em pauta. Além disso, busca-se compreender o conjunto de fatos ou elementos que contribuíram para construir concepções e políticas de formação profissional, apreendendo como essa formação pode trazer aportes para a constituição de um projeto maior de sociedade. Desse modo, são utilizados, como procedimentos metodológicos deste estudo, Pesquisa Bibliográfica e Virtual e Análise Documental. Optou-se, então, por lançar um olhar histórico sobre a Educação Profissional, visto que tal enfoque possibilita o seu entendimento no momento presente. Para compreender o ensino, especialmente o de cunho profissional, dos dias atuais, não é suficiente analisá-lo da forma como ele hoje se configura, visto que a educação é um fruto da história que somente ela é capaz de elucidar. Salienta-se que esta análise histórica subsidiou uma Pesquisa de Mestrado, concluída em fevereiro de 2010, no Programa de Pós Graduação em Educação da PUC Minas. Essa pesquisa abordou políticas para a Educação Profissional de Jovens e foi desenvolvida por meio de um Estudo de Caso sobre um Programa de Aprendizagem. O desenvolvimento deste programa é pautado pela Lei da Aprendizagem (Lei n. 10.097/2000), que obriga empresas de médio e grande porte a contratarem jovens aprendizes, patrocinando sua formação profissional, que contempla atividades práticas e teóricas. As atividades práticas são realizadas pelas empresas contratantes, no ambiente profissional. Por sua vez, essas empresas estabelecem parceria com organizações de formação profissional que são responsáveis por ministrar o conteúdo teórico da aprendizagem, bem como acompanhar o desenvolvimento produtivo e social do aprendiz. Nesse contexto, foram analisadas as relações entre atividades teóricas e práticas no Programa de Aprendizagem desenvolvido pelo Centro Salesiano do Menor, em parceria com a Companhia Energética de Minas Gerais, em Belo Horizonte – MG.

Palavras-Chave: Políticas Educacionais. Educação Profissional. Trajetória Histórico-Educacional.